

GUARIMÃ

Revista de Antropologia & Política

ENSAIOS

GUARIMÃ
Revista de Antropologia & Política

PERIFERIAS & MUNDOS DO TRABALHO

Luiz Antonio de Castro Santos

Universidade Estadual do Maranhão

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Fruto de um debate na Universidade de Lisboa, por ocasião do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro^{8 5}, este é um texto absolutamente preliminar. Procuo lançar alguns questionamentos que, uma vez desdobrados ou remetidos a outros olhares, poderão configurar um cenário diversificado e múltiplo. Defende-se, aqui, uma posição tentativamente questionadora sobre o tema das transformações identitárias entre viventes (ou sobreviventes) nas periferias, em meio a desigualdades materiais e imateriais a elas associadas. O que pretendo é discutir crítica e comparativamente algumas contribuições recentes, de modo a sugerir que se faz necessário um balanço cuidadoso dos debates sobre este tema. Faz-se necessário, dizia, superar o que me parece constituir certa imobilidade de discursos e narrativas sobre esta ou aquela periferia, situados não raro, sob o ângulo interpretativo, fora da ampla tessitura que lhes dá sentido e direção, para além de nossas circunstâncias regionais e nacionais. Procurarei tratar o tema situando o próprio conceito “periferia” como uma categoria marcada por distintas valorações – sigo aqui as ricas sugestões de Neiva Vieira da Cunha e Gabriel Feltran (Vieira da Cunha e Feltran, 2013), em obra por eles organizada, com o título *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*.

Tomo, portanto, a noção de “periferia” sob dois recortes possíveis: um, feito sob medida para dar conta, ou procurar dar conta, dos contextos de produção de **exclusões e iniquidades sociais** que marcam, particularmente, a trama das grandes cidades. Nestes contextos, destacam-se o mundo do trabalho e o mundo do consumo, marcados pela exclusão e pela iniquidade entre centros e periferias, no plural. Como parte integrante desses universos urbanos, constituiu-se também o “mundo do crime”, ou o submundo do crime, como a mídia parece preferir.

Outro recorte possível, este bem menos freqüente e talvez ousado, como proposta realmente preliminar, é o que se passa no mundo da produção intelectual, mais propriamente no mundo do trabalho intelectual e da **vida acadêmica, com suas próprias desigualdades, escolhas preferenciais e exclusões**. Trata-se do universo da produção científica e do “consumo” ou recepção daquilo que produzimos. Aqui temos, talvez de modo mais nítido, as distâncias demarcadas entre centro ou matriz, de um lado, e a periferia do mundo da investigação científica, por outro lado.

⁸⁵¹ a 5 de fevereiro de 2015, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL).

Cabe, desde logo, uma observação sobre o binômio tão nosso conhecido: a periferia configura-se, como categoria, a partir da conceituação de centro. Bem sabemos. Se visualizarmos uma contribuição do “centro”, das mais fecundas, cabe uma menção às palavras de Edward Shils. Para este notável intelectual de outro século – do qual herdamos, sem dúvida, gerações de pensadores sobre o social – o *centro*, contraponto de uma periferia, é o lócus de maior concentração de equipamentos e práticas simbólicas, normativas e cognitivas. Refiro-me à sua obra excepcional, *Center and periphery: Essays in macrosociology*, publicada pela University of Chicago Press há décadas, em 1975! Ora, o que se pode aqui sugerir, tanto da perspectiva do mundo do trabalho material como do mundo da cultura acadêmica, é a operação de uma lógica de consumo subjacente, uma “ordem do consumo”, como referiu outro mestre, este de identidade europeia, Jean Baudrillard. Refiro-me a seu livro sobre *La société de consommation*, publicado em 1970 pelas Éditions DeNoël. Baudrillard fala de uma ordem da produção (“o lugar da estratégia econômica e política”); contudo, nela se enreda – eu diria se sobrepõe e se instaura por vezes hegemonicamente – a ordem do consumo, como ordem imaterial, como “ordem de manipulação de signos”, em seu tempo de objetos de curta duração, vistos por nós em seu cenário de produção e morte. É o tempo da sedução de objetos de duração e obsolescência programadas, como atesta a produção e difusão mundial de incontáveis *gadgets*, feitos nos “States” ou na China; como também é o tempo de Sísifos transcontinentais que hoje somos, na produção desenfreada de nossos objetos, de nossos textos. Estes já não necessitam da cristalização mais duradoura de um livro impresso, pois nascem e morrem sem deixar rastro, ou os deixamos em tal profusão que logo se perdem em sites, *journals* e congressos – mas note-se a contradição: apesar de serem avaliados, como no Brasil e alhures, por seus presumíveis “fatores de impacto”. Pobre e inútil ficção. Diferentemente dos clássicos que ainda (até quando?) lemos e discutimos, e que deste modo deles somos sobreviventes, os objetos de nossa produção desenfreada têm vida curta, nascem e perecem diante de nossos próprios olhos, já cansados, inclusive em telinhas digitais, de percorrer centenas ou alguns milhares de citações e referências bibliográficas. Logo todos nós seremos, sem exceção, amblíopes.⁸⁶

Tanto no mundo da produção material como na produção simbólico/cultural e científica que partilhamos, há processos produtivos que se instauram espacialmente em matrizes e periferias, reais ou imaginadas, e que configuram desigualdades e iniquidades entre autores e autoras; imobilidades e mobilidades (por vezes imaginárias); inclusões e exclusões; identidades frágeis, algumas vezes resilientes, outras vezes consolidadas; distinções e uniformidades empastadas ou empasteladas em coautorias múltiplas e por vezes fragmentárias – contam-se às dezenas os autores e autoras de artigos de poucas páginas em áreas do saber próximas às nossas.

⁸⁶Amblíopia (med.): ocorre quando o olho e o cérebro não estão a funcionar de uma forma correta ou em sintonia. “O que é amblíopia”, www.saudebemestar.pt

As periferias do trabalho (a “massa marginal”)

A própria noção de periferia diante de um centro urbano supostamente homogêneo já não se sustenta. Aliás, talvez nunca tenha havido uma demarcação rígida. Se um dia tal demarcação entre centro e periferia foi real, isto seria logo desmentido pela cartografia urbana carioca, que revelava, desde os inícios do século vinte, a coexistência – nem sempre pacífica – entre a favela, o cortiço e a morada “digna”, por vezes insultuosamente digna, dos “incluídos” sociais. Uns e outros, barracos e apartamentos, cortiços e casarões, reproduziram do Brasil antigo, as casas-grandes & senzalas, espacialmente contíguas ou próximas, mas abismalmente distantes na estratificação social.

Reporto-me novamente à obra organizada por Neiva Vieira da Cunha e Gabriel Feltran sobre as periferias – estas, já às margens ou mesmo no tecido mais íntimo da metrópole, como componentes hoje inseparáveis do espaço central e da vida metropolitana. Configura-se o que Georges Gurvitch, sociólogo francês de enorme sensibilidade, chamava, oportunamente, de um “fenômeno social total”. O conjunto multifário dos processos e práticas sociais nas periferias, analisado na obra dos autores citados, vê-se nos tempos atuais sedimentado por um elemento comum, um tipo de ordenação subjacente a todos os níveis da vida social, com um poder de sedução irresistível. É a **ordem do consumo**, como fenômeno social “total” que abarca e afeta diretamente as atividades laborais, as práticas religiosas, o plano familiar, o lazer conspícuo, a migração espacial, os projetos de ascensão e mobilidade social, a comunicação. Revela-se o consumo ao alcance das massas e com íntima relação com o plano religioso: “Foi Deus quem me deu” é o dito popular inscrito em vidros traseiros de automóveis em nossas cidades. Max Weber teria de renomear sua obra maior, algo como “A ética do lucro da Igreja Universal e o espírito do capitalismo”. No terreno da comunicação, por sua vez, criaram-se símbolos de consumo “ao alcance de todos”, como os telefones celulares – cuja utilização maciça vai tomando o lugar do olho no olho, da interação direta entre pessoas, das redes rituais de interação pessoal. Emílio Moura, poeta mineiro que jamais conheceu celulares, morto em 1971, projetou em versos nossa cegueira virtual: “O que não viste / tantas paisagens te dissolvem”. “Este pátio, esta varanda / esta ladeira, este córrego / esta concha, esta gravura / este caminho invisível”.

No terreno da moda, inverteram-se de modo insidioso os termos “from rags to riches”, pois o novo “espírito das roupas” – lembraria a Professora Gilda de Mello e Souza – atribui a símbolos outrora de pobreza e poucos recursos, como vestimentas rasgadas ou esgarçadas, o “outlook fashion” propagado pelo grande Capital, partindo das capitais mundiais da moda. Quem poderia supor o deboche dos trajes dos excluídos, treslido “from riches to rags”? O fato inesperado, por seu alcance e profundidade, é que os níveis e perfis de consumo injetam novas forças ao capitalismo tentacular: diariamente, o apelo ao consumo conspícuo se projeta pelos écrans da mídia, como um território sedutor, com um poder de atração nunca imaginado no cenário medieval do Paraíso terrestre descortinado

por Sérgio Buarque de Holanda. O historiador-maior de *Visão do Paraíso*, e dos motivos edênicos do périplo cabralino, jamais teria antevisto tal peripécia, uma junção infernal de neomedievais e neoliberais.

Como nos tempos da Colônia brasílica, as fronteiras do território consumista são elásticas, de modo que jamais são de fato atingidas pelo comprador, desbravador de prateleiras. Os limites se expandem continuamente, tal qual num tratado de Tordesilhas, descumprido e desconsiderado. Nada é fixo, tudo é transitório; a busca de novo objeto de consumo não cessa. Além do impacto midiático sobre as expectativas de consumo, que se estendem para além das fronteiras regionais, nacionais e dos continentes, o impacto da mídia é alimentado ou revigorado pelas próprias condutas “gabriel-tardianas” da imitação, como um mundo inalcançável, como uma expectativa jamais realizada, mas ainda assim alimentada e realimentada diariamente. Disso vive nosso capitalismo tentacular.

Chegamos à questão, que toca de perto às análises, interpretações e mitologias sobre a periferia, seja, por exemplo, no bairro de Chelas, em Lisboa, seja no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. É a persistência, por décadas, do tráfico de drogas; é, em particular, a questão da violência (já não apenas) urbana e intimamente associada a esta. Os especialistas sobre violência e criminalidade metropolitanas, em publicações acadêmicas ou em matérias pela imprensa, ou ainda em ações na área de segurança pública – como demonstrou Luiz Eduardo Soares -- ao apontarem causalidades, mencionam estilos de vida pautados em padrões de agressividade e competição; uma educação escolar tragicamente deficiente; a “desestruturação” familiar, com ou sem aspas; o trabalho insano e marginal; os níveis ínfimos de renda e salários. Não resta dúvida de que, na análise dos contornos e tramas da violência, abre-se um amplo leque de variáveis e fatores que parecem vinculados aos processos sociopáticos de “metropolização” descritos na literatura e anunciados há décadas nos escritos de Luiz Pereira. (Sobre os cenários de violência em sua historicidade, múltiplas formas e contundências, uma obra recente, organizada por Lina Faria e publicada pela Editora Hucitec de São Paulo, torna-se importante referência).

O que se quer aqui postular é a “centralidade do consumo” – como referiu Thiago Oliveira Lima Matioli em texto sobre o “ruído” urbano na contemporaneidade (cf. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Rurais*, UFRJ). Se o consumo, para o autor, parece impedir ou descaracterizar a sociabilidade, uma narrativa igualmente estimulante sobre jovens migrantes africanos de segunda geração em Lisboa aponta outra direção: ao invés de suplantar o espaço da sociabilidade, o consumo de bens provocado por expectativas de posse e status pareceria instaurar inesperados processos identitários coletivos, ao afunilar redes sociais e estreitar laços de família, na busca por produtos vindos de vários continentes – inclusive de roupas do Brasil! Este é o relato que nos traz a antropóloga Marta Vilar Rosales, em artigo em *Sociedade e Cultura*, publicação da Universidade Federal de Goiás. Contudo, o que desejo é tomar em conta a diversidade de análises para, justamente, sugerir seus traços ou pontos comuns. A centralidade do consumo, acima mencionada,

não exclui nem substitui a sociabilidade entre os jovens, mas – este é o ponto – vai direcioná-la, sob certas condições, rumo a uma conduta de privação de autoestima ou de deterioração de identidades. O que me parece extraordinariamente importante é que para muitos, migrantes ou nativos, o mundo distante é sempre inatingível, povoado por múltiplos bens de consumo e pela busca inglória de status; mais ainda, um mundo reinventado pela ausência de uma educação básica cidadã e em tempo integral – como almejava Darcy Ribeiro. De tal mundo ficcional sempre dele se afastam os que pensam, por um segundo, que dele se aproximaram ou o conquistaram. No Rio de Janeiro, em nossos centros e periferias, os encontros e desencontros que se mesclam em tais expectativas e na busca de posse material e status são bem conhecidos, inclusive em seus efeitos perversos. O que o próprio capital e seus instrumentos de propagação do consumo conspícuo parecem desconhecer (ou querem nos fazer crer desconhecerem) é a imensa suscetibilidade de parcelas dos jovens das periferias ao apelo do tráfico e ao aprendizado da transgressão, diante da inevitável frustração das expectativas simbólicas e materiais. Refiro-me nomeadamente àquelas parcelas da “sobrepopulação relativa” que, há anos, em artigo seminal publicado por uma revista latino-americana de sociologia, o sociólogo argentino José Nun denominava “massa marginal” – marginal porque à margem, desfibrada e desfigurada diante do capital. No Brasil, a queda livre do ensino público ainda aprofundará sua trágica contribuição àquelas parcelas sem eira nem beira, ao produzir, em massa, jovens à deriva.

Será este o objetivo do presente trabalho, como um apelo a outros olhares, cúmplices ou críticos: narrar a história, em seus desdobramentos e interfaces mais (ou menos) evidentes, do mundo da violência e das identidades deterioradas de vastos setores da população jovem. Sugerir, num segundo passo, alguns paralelos: de um lado, o que se passa entre os jovens às margens do capital, na busca dos caminhos da inclusão e ascensão, inclusive pela transgressão; de outro lado – e para uma incursão em temática nossa, do mundo da Academia -- o que vivenciamos nas “periferias” do mundo acadêmico diante dos “centros” metropolitanos (inclusive certa subalternidade diante de intelectuais de língua portuguesa), na procura incessante de status obtidos em pós-doutorados nem sempre a nossa altura. Aqui, onde residiria a “transgressão”? Por certo, não em nosso aperfeiçoamento intelectual, mas na negligência diante do terreno pantanoso do Ensino Básico e dos parcos rendimentos de mestras e mestres. Até que ponto a produção frágil de autoestima entre os jovens nas periferias remeteria a um cenário análogo da tortuosa construção de processos identitários no cenário acadêmico? Estaríamos diante da tendência a nos encapsularmos em diálogos oblíquos, nos quais as vozes de outros centros (europeus e norte-americanos) parecem soar mais alto do que nosso coro periférico, luso-afro-brasileiro?

Finalmente, retomemos nosso foco sobre o consumo de bens materiais. Na linha traçada por Marta Vilar Rosales sobre a relação entre família e consumo, Lívia Barbosa e Fátima Portilho (UFF e UFRRJ) levantam outras possibilidades e hipóteses que sugerem uma inflexão nas análises e interpretações correntes.

Diferentemente do foco sobre a relação entre família e consumo, apontam discursos e práticas cotidianas “dentro de um contexto que estimula a participação via consumo”. Consumo e cidadania configurariam, nessa linha de raciocínio, uma possibilidade inesperada. “Ao escolher consumir de uma determinada maneira e não de outra, o consumidor estaria materializando valores”, expressando-se como ator político. O consumidor-cidadão politizaria o acesso ao consumo consciente. As questões levantadas pelas pesquisadoras são instigantes: “Teriam tais consumidores politizados a capacidade de alterar agendas e pautar políticas públicas e empresariais?” “Como medir ações (...) que estão nas bordas das arenas políticas clássicas?” São formulações contundentes e que exigem atenção. Mas devemos enfatizar que, em que pese à extraordinária importância deste novo olhar sobre questões fundamentais, sob nenhuma hipótese devemos relegar a um segundo plano o quadro traçado ao longo do presente texto. Os conceitos e vivências das “massas marginais” e das periferias acadêmicas não nos deixam outro caminho.

Sobre o autor

Sociólogo. Master of Sciences (Harvard School of Public Health, 1974) e PhD em Sociologia (Harvard University, 1987). Docente Permanente (Col abor ador), M es t r a d o P r o f i s s i o n a l em Saú de da Fam í l i a, PROFSAÚDE/MPSF/UFSB/CAPES, Centro de Formação em Ciências da Saúde, UFSB. Professor Visitante Sênior da Universidade Federal do Sul da Bahia, campus de Porto Seguro (maio 2015-maio 2017). Prof Visitante Sênior, Departamento de Sociologia, UFSC, Florianópolis, SC (junho 2017 - out. 2018). Professor Visitante Sênior/ CAPES - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA (2018-). Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição da qual se aposentou em fevereiro de 2015 e onde exerceu as funções de ensino e pesquisa desde 1987, no Instituto de Medicina Social. Pesquisador do CNPq. Membro do CA do CNPq, na área de Ciências Ambientais e Engenharia (abril 2011-junho 2014). Professor Visitante Nacional Senior, conforme edital nº 20/2018. PVNS/Amazônia.

Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Alfredo Wagner Berno de Almeida e
Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Editorial Revista de Antropologia & Política

ARTIGOS

Deborah Bronz - Do Campo Etnográfico ao Campo Político: uma análise dos Bastidores do licenciamento ambiental (From the Field of Ethnography to the Field of Politics: an analysis of the backgroundsofenvironmentallicensing).

Selma Solange Monteiro Santos - Atos de “Estado” e Flexibilização do Licenciamento Ambiental: reformulações normativas antagônicas aos direitos dos Povos tradicionais (Acts of “State” and the Flexibility of Environmental Licensing: normative reformulations antagonistic to the rights of traditionalpopulations).

Caroline Barbosa Contente Nogueira- Consulta Prévia, Livre, Informada e Vinculante: a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais sob a perspectiva decolonial (Prior Free Informed and Vinculative Consultation: the self-determination of peoples and traditional communities fromthedecolonialperspective).

Aurêlio Viana- Hidrelétricas e Meio Ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil (Hydroelectric Dams and the Environment: basic information about the governmentalenvironmentalism andthepowersectorinBrazil).

DEBATES ANTROPOLÓGICOS

Alfredo Wagner Berno De Almeida - “Antropologia da Ação” (Action Anthropology) Versus “AntropologiaEmAção”(AnthropologyAtWork/AppliedAnthropology).

SoITax- Antropologia da Ação.

SoITax- The Fox Project.

GeorgeFoster - OAntropólogoem Ação: ocontextoconceitual.

GeorgeFoster-OAntropólogoemAção:estágiosdeanálise.

ENSAIO

Luiz Antonio De Castro Santos - Periferias & Mundos do Trabalho.